

Edição 11.165 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri **QUINTA-FEIRA // 29.10.2026 // Cascavel-PR** www.gazetadoparana.com.br

Argentina investiga entrada de Flávio após fuga do Brasil aos EUA

●Deputada pede **investigação sobre entrada de Bolsonaro na Argentina** e solicita registros da aeronave

●A entrada virou alvo de investigação criminal após **o senador deixar o Brasil apesar de ordem judicial**

●A deputada argentina Marcela Pagano apresentou, ontem (28), uma denúncia criminal à Justiça Federal de Puerto Iguazú para investigar as circunstâncias da entrada de Flávio Bolsonaro (PL) na Argentina e sua posterior saída em um avião particular. A iniciativa amplia a repercussão política da fuga do senador brasileiro, derrotado por Lula (PT) no segundo turno das eleições presidenciais, e aumenta a pressão sobre o governo de Javier Milei, aliado político da família Bolsonaro. A parlamentar solicita a preservação de imagens das câmeras de segurança da Ponte Internacional Tancredo Neves, que liga Foz do Iguaçu, no Paraná, a Puerto Iguazú, além de gravações do aeroporto, planos de voo, listas de passageiros e contratos da aeronave utilizada pelo brasileiro. Pagano também pede que a Justiça investigue possíveis crimes relacionados ao trânsito de pessoas e ao descumprimento dos deveres de funcionários públicos. A iniciativa judicial ocorreu em meio a informações contraditórias divulgadas pelas autoridades argentinas. Inicialmente, representantes do governo negaram que Flávio Bolsonaro tivesse ingressado no país. A viagem ocorreu apesar de uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF. Público ● P.3

DADOS

●**A viagem ocorreu apesar de uma decisão do ministro Alexandre de Moraes**, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinava a entrega dos passaportes de Flávio à Polícia Federal e o proibia de deixar o Brasil



Divulgação/Alesc

Deputado eleito em SC propõe plebiscito para separar o Sul do país

●O deputado estadual eleito Bruno Souza (PL-SC) defendeu a realização de um plebiscito para consultar a população sobre a separação da Região Sul do Brasil. A proposta foi apresentada nas redes sociais após o resultado do segundo turno da eleição presidencial, vencida por Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Souza afirmou que pretende cumprir uma promessa feita durante a campanha e mobilizar políticos de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul para discutir uma mudança na relação da região com o restante do país. "Como deputado eleito em Santa Catarina, vou cumprir a promessa de campanha: convocar um plebiscito para o povo catarinense e do Sul votar se ainda quer fazer parte desta Federação", escreveu. Segundo o parlamentar, a diferença entre a votação no Sul e em outras regiões do país revelaria diferenças de prioridades, valores e preferências políticas. Na publicação, Souza afirmou ainda que "o Sul merece ser livre". A proposta, porém, enfrenta uma barreira constitucional. Público ● P.2

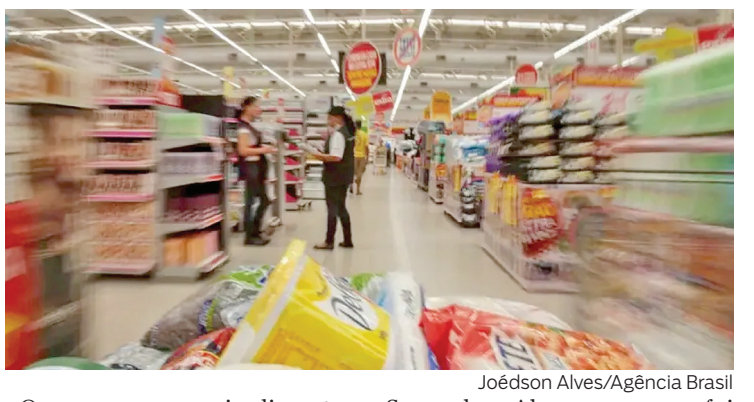
Urubu faz clássico com o Vasco

●O Flamengo não conseguirá repetir os feitos das temporadas de 2019 e 2025. Nas duas ocasiões, o Rubro-Negro foi campeão brasileiro e campeão da Libertadores da América de maneira simultânea. A meta era essa nesse ano, mas o clube caiu nas semifinais da Libertadores para o Estudiantes. Uma derrota dura, nos pênaltis, diante da torcida. Logo, restou apenas a luta pelo título do Brasileirão. Depois da queda na Liberta, o Flamengo tomou um susto e sofreu para derrotar o Atlético-MG por 3 a 2, na última segunda-feira. Com isso, conseguiu fechar a rodada na liderança com 70 pontos. E para seguir com boas possibilidades de título, o Rubro-Negro precisa vencer o Vasco no jogo desta quinta-feira (29), às 20 horas, no Estádio Nilton Santos. O Flamengo só depende de si para ser campeão brasileiro. Diferente do Flamengo, o Vasco ainda tem duas competições pela frente. No próximo domingo (1º), o Cruzmaltino faz o jogo de ida das semifinais da Copa do Brasil contra o Palmeiras, às 16 horas, no Nubank Parque.
Esportes ● P.6



Pedro Souza

Fim das bets provoca aumenta no consumo nos supermercados



Joédson Alves/Agência Brasil

●O consumo no varejo alimentar brasileiro cresceu nas semanas seguintes à proibição das apostas online, segundo levantamento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Entre 5 e 11 de outubro, as compras em supermercados, atacarejos, mercearias e outros formatos do setor aumentaram 6,5% na comparação com o mesmo período de 2025. Na semana seguinte, entre 12 e 18 de outubro, o movimento continuou acima do registrado um ano antes, com alta de 6,3%. Segundo a Abras, o avanço foi concentrado principalmente em produtos básicos, como arroz, óleo, macarrão e café. Os números chamam atenção porque aparecem poucas semanas depois de o governo federal proibir as chamadas bets por meio da Medida Provisória 1.394/2026, publicada em 25 de setembro. A medida proibiu a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade das apostas de quota fixa em todo o país, incluindo apostas esportivas e jogos online. Público ● P.4



Assessoria Stein

Futsal feminino
Coelho analisa a convocação para a Seleção Brasileira

O técnico do Stein Cascavel, Márcio Coelho, foi acionado mais uma vez para fazer parte da comissão técnica da Seleção Brasileira para dois amistosos contra Portugal no mês de novembro. Além dele, foram convocadas as jogadoras Bianca e Luana. Os jogos terão um caráter festivo, já que serão uma reedição da final da última Copa do Mundo. Esportes ● P.6

Brasileirão
Seabra é o 20º técnico demitido no campeonato

Sobreviver no competitivo Brasileirão é para poucos. Com exceção de Abel Ferreira e Rogério Ceni, a longevidade no cargo de treinador é uma miragem. Depois do complemento da 32ª rodada, o campeonato chegou a vinte técnicos demitidos. O 20º demitido foi Fernando Seabra, do Coritiba. A demissão ocorreu após a derrota para o Grêmio. Esportes ● P.6



Divulgação

Independência
FPA projeta bancada de até 379 parlamentares

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) sinalizou que manterá uma postura independente em relação ao governo federal, mesmo após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A bancada afirmou que apoiará medidas alinhadas aos interesses dos produtores rurais, mas promete reagir a iniciativas consideradas prejudiciais ao setor. Público ● P.2

Público

Separação em debate Deputado eleito em Santa Catarina defende plebiscito sobre a saída do Sul do Brasil e quer mobilizar parlamentares do Paraná e do Rio Grande do Sul

Deputado eleito propõe plebiscito para separar região Sul do Brasil

A Constituição Federal estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela "união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal". O texto também protege a forma federativa de Estado como cláusula pétrea

GABRIEL PORTA
Cascavel

●O deputado estadual eleito Bruno Souza (PL-SC) defendeu a realização de um plebiscito para consultar a população sobre a separação da Região Sul do Brasil. A proposta foi apresentada nas redes sociais após o resultado do segundo turno da eleição presidencial, vencida por Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Souza afirmou que pretende cumprir uma promessa feita durante a campanha e mobilizar políticos de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul para discutir uma mudança na relação da região com o restante do país. "Como deputado eleito em Santa Catarina, vou cumprir a promessa de campanha: convocar um plebiscito para o povo catarinense e do Sul votar se ainda quer fazer parte desta Federação", escreveu.

Segundo o parlamentar, a diferença entre a votação no Sul e em outras regiões do país revelaria diferenças de prioridades, valores e preferências políticas. Na publicação, Souza afirmou ainda que "o Sul merece ser livre".

A proposta, porém, enfrenta uma barreira constitucional. A Constituição Federal estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela "união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal". O texto também protege a forma federativa de Estado como cláusula pétrea.


Deputado estadual Bruno Souza (PL-SC) propõe plebiscito para separar os estados do Sul do Brasil Divulgação/Alesc

Constituição

O artigo 18 da Constituição permite que estados brasileiros sejam incorporados, subdivididos ou desmembrados para formar novos estados ou territórios. Para isso, é necessária a aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, além da aprovação do Congresso Nacional por lei complementar.

A regra, no entanto, trata de mudanças na organização interna da Federação. Não existe previsão constitucional para que um estado ou uma região deixe o Brasil e passe a formar um país independente.

O artigo 60 também estabelece limites para mudanças na Constituição. A forma federativa de Estado está entre os princípios que não podem ser abolidos por uma proposta de emenda constitucional.

Especialistas ouvidos pelo UOL avaliaram que nem mesmo um plebiscito poderia autorizar a separação do Sul, porque uma consulta popular não poderia produzir um resultado contrário às regras constitucionais.

A Constituição também não dá a um deputado estadual competência para, sozinho, convocar um plebiscito nacional. Consultas populares de âmbito nacional dependem de procedimento próprio no Congresso.

Mobilização

Em outra publicação, Souza afirmou que pretende reunir deputados do Paraná e do Rio Grande do Sul interessados em discutir a proposta. O parlamentar disse defender que uma eventual separação seja feita de maneira "conciliadora" e "voluntária", sem violência ou conflito armado. "Eu acredito na secessão do Sul. Mas defendo que ela seja feita de forma conciliadora, voluntária e com o acordo das partes", escreveu.

Souza também argumentou que o Brasil já teve diferentes Constituições e que mudanças no texto constitucional ocorreram em períodos de transformações políticas, econômicas e sociais. Na avaliação apresentada pelo deputado, o fato de a forma federativa ser uma cláusula pétrea não impediria que o tema fosse discutido politicamente.

A interpretação, porém, não encontra respaldo na leitura constitucional apresentada por especialistas. A proteção à Federação impede uma emenda que tenha como objetivo abolir esse modelo, e a Constituição não prevê um mecanismo de secessão de estados ou regiões.

DEBATE SEPARATISTA

O que a Constituição diz

União indissolúvel: o artigo 1º define a República Federativa do Brasil como formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e Distrito Federal
Cláusula pétrea: o artigo 60 protege a forma federativa de Estado contra propostas de emenda que pretendam aboli-la
Mudanças internas: o artigo 18 permite incorporação, subdivisão ou desmembramento de estados, mediante plebiscito e aprovação do Congresso

Votação no Sul

O resultado eleitoral é usado por Souza como argumento político para defender a consulta. No segundo turno, Flávio Bolsonaro (PL) venceu nos três estados da Região Sul. Em Santa Catarina, recebeu 69,42% dos votos válidos. No Paraná, teve 62,58%, enquanto no Rio Grande do Sul alcançou 57,84%. Lula, por sua vez, venceu a eleição nacional.

A diferença regional é apontada pelo deputado como demonstração de que o Sul possui preferências políticas distintas de outras partes do país. O resultado eleitoral, entretanto, não altera a condição jurídica dos três estados, que continuam integrantes da Federação brasileira. Bruno Souza foi eleito deputado estadual em Santa Catarina com 40.327 votos, segundo os dados apresentados sobre a eleição.

Debate não é novo

A discussão sobre a separação do Sul não começou com a declaração de Souza. Movimentos separatistas já defenderam a criação de um novo país formado por Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em diferentes momentos.

Em 2025, uma declaração do governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), também provocou reação política. Deputados do PT chegaram a pedir à Procuradoria-Geral da República (PGR) que investigasse uma fala do governador relacionada à possibilidade de separação da região.

A nova manifestação de Souza recoloca o tema no debate político justamente após uma eleição em que o candidato derrotado no país obteve ampla vantagem nos três estados do Sul.

Apesar da mobilização defendida pelo deputado, a legislação brasileira não prevê a possibilidade de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul deixarem a Federação por meio de plebiscito.

FPA projeta bancada de até 379 parlamentares e promete independência

Frente Parlamentar da Agropecuária prevê 330 deputados e 49 senadores na próxima legislatura e quer acelerar a renegociação de dívidas rurais, com mudanças na MP 1.376/2026

Eliane Alexandrino
Cascavel

●A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) sinalizou que manterá uma postura independente em relação ao governo federal, mesmo após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em reunião na terça (27), a bancada afirmou que apoiará medidas alinhadas aos interesses dos produtores rurais, mas promete reagir a iniciativas consideradas prejudiciais ao setor.

O presidente da FPA, deputado federal Pedro Lupion (Republicanos-PR), defendeu a manutenção do diálogo com o Executivo, sem abrir mão da atuação crítica em pautas que afetem a agropecuária. A projeção da frente é reunir cerca de 330 deputados federais e 49 senadores na próxima legislatura, consolidando uma das maiores forças de articulação política do Congresso Nacional. "Passou a eleição, então, nós precisamos virar a página. Tudo que for convergente com a gente, vamos estar juntos, vamos apoiar, vamos trabalhar junto e tudo aquilo que for frontalmente contrário ao nosso setor, nós vamos enfrentar com toda a força que nós temos", afirmou Lupion.

O parlamentar ressaltou que a FPA não atua para atender a interesses de governos específicos, mas para defender as demandas dos produtores rurais. Segundo ele, a bancada pretende ampliar o diálogo com o Executivo em um cenário de forte divisão política no país. Lupion citou a participação da FPA em discussões que resultaram em medidas apoiadas pela bancada, como a PEC da Transição, o novo arcabouço fiscal e a Reforma Tributária.

Por outro lado, lembrou os conflitos em torno da tributação de títulos de investimento utilizados no financiamento do agronegócio e da Medida Provisória 1.227/2024, apelidada de "MP do fim do mundo" por críticos do setor. A estratégia, segundo o presidente da frente, será avaliar cada proposta conforme seus efeitos sobre a produção agropecuária, o crédito e a competitividade do setor.

Renegociação de dívidas

Um dos principais temas da reunião foi a Medida Provisória 1.376/2026, que prevê mecanismos para renegociar dívidas de produtores rurais afetados por perdas e dificuldades financeiras. Dados do Banco Central citados pela FPA indicavam que aproximadamente R$ 14,3 bilhões haviam sido renegociados até segunda-feira (26). O valor está abaixo da expectativa de cerca de R$ 100 bilhões considerada pelo Ministério da Fazenda.

A medida está em análise na Comissão Mista do Congresso Nacional e tem validade até 11 de novembro. O relator, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), já apresentou uma primeira versão do relatório, mas a FPA considera que o texto precisa de alterações para atender às necessidades do setor. Lupion afirmou que a bancada trabalha para modificar o relatório e não descarta apresentar um voto em separado. Outra possibilidade, segundo ele, é buscar a retomada do Projeto de Lei 5.122.


FPA promete apoio a pautas favoráveis ao agro e reação a medidas do governo Lula Divulgação

Garantias

Entre os obstáculos apontados pelos produtores estão a exigência de pagamento de uma entrada equivalente a 15% da dívida e a apresentação de novas garantias para acessar a renegociação. A FPA defende que as garantias já oferecidas nas operações originais possam ser mantidas, tanto para dívidas vencidas quanto para aquelas que ainda vão vencer.

Na avaliação de Lupion, a medida permitiria facilitar o acesso ao programa sem retirar a segurança das instituições financeiras. Caso o produtor deixe de cumprir o novo acordo, os bancos poderiam executar as garantias previstas.

A bancada também discute a inclusão de produtores adimplentes nas regras da medida, para evitar que apenas quem deixou de pagar suas obrigações seja beneficiado.

Seguro Rural

Além do endividamento, integrantes da FPA destacaram as dificuldades para contratar novos financiamentos e a necessidade de fortalecer o seguro rural. O deputado Sérgio Souza (MDB-PR) afirmou que, apesar da aprovação de leis importantes para o agronegócio, o setor ainda enfrenta instabilidade econômica e falta de previsibilidade, agravadas pelos efeitos climáticos.

O senador Jaime Bagattoli (PL-RO) também apontou o endividamento e as dificuldades de acesso ao crédito como problemas que precisam ser enfrentados.

Já o deputado Luiz Carlos Hauly (Pode-PR) alertou para os possíveis impactos fiscais das promessas feitas durante a campanha eleitoral, defendendo atenção aos efeitos sobre a inflação e os recursos disponíveis para outras áreas.

A FPA pretende manter a pressão sobre o Congresso para alterar a MP 1.376/2026 antes do fim de sua validade. Para a bancada, a renegociação precisa alcançar os produtores que enfrentam dificuldades financeiras sem comprometer o acesso ao crédito necessário para a próxima safra.

Pressão na fronteira Deputada pede investigação sobre entrada de Flávio Bolsonaro na Argentina e solicita imagens, planos de voo e registros da aeronave que levou o senador ao exterior



Deputada pede investigação sobre entrada de Flávio Bolsonaro na Argentina Cedoc/perfil

Argentina investiga entrada de Flávio após fuga do Brasil

A entrada de Flávio Bolsonaro na Argentina virou alvo de investigação criminal após o senador deixar o Brasil apesar de ordem judicial

Cascavel
DA REDAÇÃO

A DEPUTADA ARGENTINA Marcela Pagano apresentou, ontem (28), uma denúncia criminal à Justiça Federal de Puerto Iguazú para investigar as circunstâncias da entrada de Flávio Bolsonaro (PL) na Argentina e sua posterior saída em um avião particular. A iniciativa amplia a repercussão política da fuga do senador brasileiro, derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno das eleições presidenciais, e aumenta a pressão sobre o governo de Javier Milei, aliado político da família Bolsonaro.

A parlamentar solicita a preservação de imagens das câmeras de segurança da Ponte Internacional Tancredo Neves, que liga Foz do Iguaçu, no Paraná, a Puerto Iguazú, além de gravações do aeroporto, planos de voo, listas de passageiros e contratos da aeronave utilizada pelo brasileiro. Pagano também pede que a Justiça investigue possíveis crimes relacionados ao trânsito de pessoas e ao descumprimento dos deveres de funcionários públicos.

"Se ele entrou, alguém o deixou entrar. Se tentaram tirá-lo por um aeroporto federal, alguém olhou para o outro lado", escreveu a deputada nas redes sociais, ao anunciar a denúncia. Em outra manifestação, afirmou que "a fronteira argentina não é um corredor VIP de ninguém" e que a soberania nacional não pode ser negociada.

A denúncia tem uma particularidade política: Pagano foi eleita em 2023 pela coalizão La Libertad Avanza, de Javier Milei, mas rompeu com a bancada governista em agosto de 2025, passando a integrar o bloco Coherencia. Atualmente independente, a deputada se soma a representantes do peronismo, do socialismo e da esquerda que exigem esclarecimentos sobre a passagem do brasileiro pelo território argentino.

Governo

A iniciativa judicial ocorreu em meio a informações contraditórias divulgadas pelas autoridades argentinas. Inicialmente, representantes do governo negaram que Flávio Bolsonaro tivesse ingressado no país. Na madrugada de ontem, entretanto, a Direção Nacional de Migrações confirmou que o senador, sua esposa e suas duas filhas atravessaram a fronteira às 22h50 de terça-feira (27).

Segundo o órgão, os quatro apresentaram documentos válidos e não havia impedimentos migratórios registrados nos sistemas argentinos. Cerca de 40 minutos depois, às 23h30, embarcaram em uma aeronave particular operada pela empresa Baires Fly, com destino declarado a Guayaquil, no Equador. O avião posteriormente seguiu em direção aos Estados Unidos.

A viagem ocorreu apesar de uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinava a entrega dos passaportes de Flávio à Polícia Federal e o proibia de deixar o Brasil. O senador não entregou os documentos dentro do prazo estabelecido, e seus passaportes brasileiros foram cancelados.

O governo argentino não reconheceu participação no planejamento ou na execução da viagem. A confirmação da entrada regular pelas autoridades migratórias também não esclarece se houve alguma colaboração de integrantes da administração Milei. É justamente essa possibilidade que passou a ser questionada por parlamentares da oposição.

Congresso

Além da denúncia criminal, a passagem de Flávio pela Argentina motivou iniciativas parlamentares para investigar a atuação das autoridades do país. O deputado socialista Esteban Paulón apresentou um pedido formal de informações ao Executivo, exigindo registros migratórios e esclarecimentos sobre o conhecimento das restrições judiciais impostas ao brasileiro.

Paulón acusou Milei de facilitar a saída de Flávio e comprometer as relações bilaterais com o Brasil. A senadora peronista Juliana Di Tullio também cobrou explicações do ministro do Interior, Diego Santilli, sobre a utilização da fronteira argentina pelo senador.

A deputada Myriam Bregman, da Frente de Esquerda, foi ainda mais incisiva. Em entrevista à Opera Mundi, afirmou que considera evidente a colaboração de Milei e anunciou a apresentação de um pedido de acesso à informação pública no Congresso. A parlamentar criticou a postura de dirigentes de direita que defendem punições rigorosas, mas, segundo ela, procuram proteger aliados políticos.

A entrada regular de Flávio na Argentina foi confirmada pelas autoridades, mas a denúncia busca esclarecer como ocorreu a operação e se houve participação de agentes públicos

O legislador Gabriel Solano, do Partido Obrero, também pediu uma investigação para esclarecer se Milei colaborou com a saída de Flávio do Brasil. As declarações representam acusações políticas dos parlamentares e não conclusões de uma investigação judicial.

Deputados

A pressão chegou também a parlamentares de outras correntes políticas. O deputado Pablo Juliano, integrante do bloco Provincias Unidas e com trajetória na União Cívica Radical, apresentou um projeto para convocar o chanceler Pablo Quirno à Câmara dos Deputados.

O documento reúne 91 perguntas sobre a operação, incluindo a possível participação de Santiago Caputo, estrategista e assessor próximo de Milei. Juliano quer esclarecer se Caputo esteve em Puerto Iguazú, manteve contato com Flávio ou participou da organização do voo. Também solicita informações sobre o eventual emprego de veículos, agentes de segurança e recursos públicos argentinos.

A presença de Caputo na região ganhou destaque após reportagem da jornalista Janaína Figueiredo, do UOL, apontar, com base em fontes argentinas, que o estrategista esteve em Puerto Iguazú, deslocou-se até Foz do Iguaçu e acompanhou a operação. A participação atribuída ao assessor ainda depende de esclarecimentos oficiais.

Outro deputado, Maximiliano Ferraro, da Coalizão Cívica, anunciou que pedirá a convocação de Quirno e da ministra da Segurança, Alejandra Monteoliva. Ferraro acusa órgãos estatais argentinos de prestar assistência operacional à viagem e questiona possíveis consequências para as relações diplomáticas com o Brasil.

Flávio chega aos EUA e provoca reação no Congresso americano

Da redação
Cascavel

● A fuga de Flávio Bolsonaro (PL) para os Estados Unidos, após a derrota para Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no segundo turno das eleições presidenciais brasileiras, começou a provocar reações no Congresso americano. Parlamentares do Partido Democrata cobram explicações do governo Donald Trump sobre a concessão de vistos ao senador e seus familiares e questionam se autoridades americanas participaram da operação que permitiu sua saída do Brasil, apesar das restrições impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O deputado democrata Joaquin Castro, representante do Texas na Câmara dos Estados Unidos, afirmou que a derrota em uma eleição não constitui justificativa para a concessão de asilo político. Em manifestação pública, acusou o governo Trump de oferecer proteção a Flávio e exigiu esclarecimentos sobre o eventual envolvimento da administração americana na viagem. "O governo Trump deve explicações ao Congresso sobre seu papel em ajudar Bolsonaro a fugir do Brasil", declarou Castro. A manifestação coloca em discussão não apenas a autorização de entrada do brasileiro, mas também a possibilidade de colaboração de autoridades americanas antes de sua chegada ao país.

A cobrança ocorre depois que Flávio deixou o Brasil pela fronteira com a Argentina, na noite de terça-feira (27), e embarcou em uma aeronave particular que passou pelo Equador antes de seguir para os Estados Unidos. A viagem aconteceu após uma decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, que determinou a entrega dos passaportes do senador e estabeleceu restrições à sua saída do território brasileiro. Flávio não entregou os documentos dentro do prazo determinado pela Justiça. A família chegou a Miami nesta quarta-feira (28), em meio a questionamentos sobre as condições da viagem e a atuação dos governos argentino e americano.

Do lado republicano, a principal manifestação partiu do próprio presidente Donald Trump. Questionado por jornalistas nesta quarta-feira sobre a possibilidade de conceder asilo político a Flávio Bolsonaro, o americano respondeu que aprovaria o pedido e elogiou a família do senador. "Bem, eu aprovaria. Acho que são pessoas legais", declarou Trump, durante conversa com repórteres na Base Conjunta de Andrews, nos Estados Unidos.

O presidente americano também voltou a questionar o resultado da eleição brasileira, embora não tenha apresentado provas de irregularidades. "A eleição foi muito estranha, e achei que foi terrível", afirmou. Trump disse conhecer Lula, Flávio e Jair Bolsonaro, mas sustentou que não tomou partido na disputa eleitoral.

A declaração representa um apoio público à permanência do senador brasileiro nos Estados Unidos. Entretanto, não esclarece se a Casa Branca participou previamente da organização de sua saída do Brasil. Até agora, não foram identificadas manifestações específicas de deputados ou senadores republicanos assumindo publicamente a defesa da operação.

Participação americana

As dúvidas sobre o envolvimento do governo Trump ganharam força após reportagem da Folha de S.Paulo apontar que o secretário de Estado Marco Rubio teria desempenhado um papel ativo na operação. A informação foi atribuída a uma pessoa ligada à administração americana e a outra próxima de Flávio Bolsonaro.

A mesma reportagem registrou divergências dentro do governo americano sobre o apoio ao senador brasileiro. Outra fonte da administração indicou que não havia consenso sobre a assistência prestada à família Bolsonaro.

A concessão dos vistos, por sua vez, foi confirmada por autoridades americanas. Segundo a Reuters, Flávio e seus familiares desembarcaram em Miami ontem, depois de passarem pela Argentina e pelo Equador. O senador chegou aos Estados Unidos acompanhado da esposa e das duas filhas.

Dinheiro no bolso Varejo alimentar cresceu 6,5% após proibição das apostas, enquanto Pix recuou 10%; dados apontam mudança no consumo, mas não comprovam relação direta entre os fenômenos

Após fim das bets, supermercados registram alta no consumo

O consumo nos supermercados cresceu após a proibição das bets, enquanto as transações via Pix recuaram, em um movimento que ainda não permite medir o efeito direto da medida

GABRIEL PORTA
Cascavel



As compras nos supermercados cresceram após o fim das bets Joédson Alves/Agência Brasil

• O consumo no varejo alimentar brasileiro cresceu nas semanas seguintes à proibição das apostas online, segundo levantamento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Entre 5 e 11 de outubro, as compras em supermercados, atacarejos, mercearias e outros formatos do setor aumentaram 6,5% na comparação com o mesmo período de 2025. Na semana seguinte, entre 12 e 18 de outubro, o movimento continuou acima do registrado um ano antes, com alta de 6,3%. Segundo a Abras, o avanço foi concentrado principalmente em produtos básicos, como arroz, óleo, macarrão e café.

Os números chamam atenção porque aparecem poucas semanas depois de o governo federal proibir as chamadas bets por meio da Medida Provisória 1.394/2026, publicada em 25 de setembro. A medida proibiu a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade das apostas de quota fixa em todo o país, incluindo apostas esportivas e jogos online.

A Abras associa o crescimento das compras à redução dos gastos com apostas. A interpretação, porém, precisa ser tratada com cautela. Os dados disponíveis mostram que os dois movimentos ocorreram no mesmo período, mas não permitem afirmar que o dinheiro que deixou de ser apostado foi diretamente transferido para o supermercado.

Sul lidera avanço

O Sul apresentou o maior crescimento entre as regiões acompanhadas pela Abras nas duas semanas analisadas. Entre 5 e 11 de outubro, as vendas avançaram 10,6% no Sul, mesmo índice registrado pelo grupo formado por Minas Gerais, Espírito Santo e interior do Rio de Janeiro. O Nordeste teve alta de 6,5%, enquanto o interior de São Paulo cresceu 5,6%. Na Grande Rio de Janeiro, o avanço foi de 4%. Centro-Oeste e Grande São Paulo tiveram as menores altas, de 3,6% e 1,2%, respectivamente. Na semana seguinte, o Sul voltou a liderar, com crescimento de 9%. Minas Gerais, Espírito Santo e interior do Rio ficaram em 7,1%, enquanto a Grande Rio registrou alta de 6%. O interior de São Paulo cresceu 5,6%, seguido pela Grande São Paulo, com 5,5%. Nordeste e Centro-Oeste tiveram aumentos de 4,5% e 3,5%.

O comportamento regional reforça a expansão do varejo alimentar, mas também não permite identificar isoladamente quanto do crescimento veio da redução das apostas e quanto pode estar relacionado a outros fatores econômicos e sazonais.

Pix caiu logo após proibição

Outro dado usado para sustentar a discussão sobre uma possível mudança no destino do dinheiro é o comportamento do Pix. Levantamento do Banco Central mostrou que o número de transações realizadas pelo sistema caiu 10% nos três dias seguintes à publicação da medida provisória. Entre sábado (26) e segunda-feira (28) de setembro, foram registradas 608,6 milhões de operações.

Na comparação com a média dos mesmos dias das quatro semanas anteriores, a queda foi de 11% no sábado, 12% no domingo e 7,4% na segunda-feira.

O valor movimentado também recuou. Nos três dias, foram R$ 183,58 bilhões, uma redução de 15,5% na comparação utilizada pelo Banco Central.

O problema é que o Pix é utilizado para praticamente todos os tipos de pagamentos e transferências. O levantamento do Banco Central não identifica quais operações estavam relacionadas a apostas. Por isso, a queda do sistema não permite concluir que os recursos deixaram de circular por causa das bets. O próprio Banco Central não atribuiu o recuo à proibição das apostas.

Dinheiro das bets

A proibição também criou um processo específico para retirar os recursos que ainda estavam nas contas dos apostadores. Pela MP, os usuários tiveram até 5 de outubro para retirar voluntariamente os valores disponíveis. A partir de 6 de outubro, os sites e aplicativos deveriam ficar indisponíveis. Entre os dias 6 e 7, as empresas precisaram informar às instituições financeiras os saldos individualizados de cada apostador. A devolução dos valores deveria ocorrer entre 9 e 14 de outubro. Em situações de dificuldade operacional, a Caixa Econômica Federal poderia atuar como intermediária. No início de outubro, o governo informou que o volume de recursos mantidos nas plataformas havia caído 30,99% desde 26 de setembro, redução equivalente a R$ 652,6 milhões.

Naquele momento, ainda havia R$ 1,453 bilhão sob acompanhamento para resgate, distribuído entre 28,65 milhões de CPFs com saldo positivo.

Esse processo é importante para entender por que não se pode simplesmente comparar a queda do Pix com o aumento das compras nos supermercados. Parte do dinheiro das apostas foi retirada das plataformas, parte deveria ser devolvida aos usuários e outra parcela pode ter seguido diferentes destinos.

Não há, nos dados públicos apresentados até agora, uma conta que permita dizer quanto desse dinheiro foi efetivamente utilizado para compras de alimentos.

Medida foi além da proibição

A decisão do governo também foi acompanhada de outras medidas relacionadas ao endividamento e à proteção dos consumidores. No mesmo pacote anunciado em setembro, o governo apresentou uma proposta para renegociar dívidas de pessoas físicas e encaminhou ao Congresso um projeto para tipificar crimes relacionados às apostas. A MP também determinou o bloqueio de novos aportes nas contas das plataformas e estabeleceu mecanismos para impedir transferências destinadas às bets. O governo informou ainda que reforçaria a fiscalização sobre sites ilegais.

Endividamento e saúde

A discussão sobre as bets não envolve apenas o dinheiro movimentado pelo setor. O governo passou a tratar o problema também como uma questão de proteção financeira e de saúde pública. Mais de 1,3 milhão de brasileiros já haviam solicitado autoexclusão das plataformas de apostas antes da proibição, segundo dados apresentados pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Fazenda. O governo também vinha adotando medidas para impedir que determinados beneficiários de programas sociais mantivessem contas em sites de apostas.

Varejo ganha

O crescimento das compras de produtos básicos é um dado relevante porque aponta para uma possível mudança no destino do dinheiro das famílias. Mas existe uma diferença entre observar dois fenômenos simultâneos e provar uma relação de causa e efeito. De um lado, o varejo alimentar cresceu 6,5% e depois 6,3% nas duas semanas analisadas pela Abras. De outro, o Pix registrou queda de 10% nos três dias imediatamente posteriores à proibição das bets. A coincidência temporal é evidente. O que ainda não está demonstrado é quanto da alta do consumo veio efetivamente do dinheiro que deixou de ser destinado às apostas.

Para estabelecer essa relação, seria necessário acompanhar por mais tempo o comportamento dos gastos das famílias, identificar a origem dos recursos e separar o efeito das apostas de outros fatores que influenciam o consumo.

Por enquanto, os números mostram uma fotografia das primeiras semanas após a proibição: menos movimentação no Pix, mais compras no varejo alimentar e uma mudança no funcionamento de um mercado que movimentava recursos de milhões de brasileiros.

FIM DAS BETS

O que mudou após a proibição

25 de setembro: governo publica a MP 1.394/2026 e proíbe bets
5 de outubro: termina o prazo para retirada voluntária dos saldos
6 de outubro: sites e aplicativos deveriam ficar indisponíveis
9 a 14 de outubro: período previsto para devolução dos valores aos apostadores
5 a 11 de outubro: consumo no varejo alimentar cresce 6,5%
12 a 18 de outubro: alta do consumo chega a 6,3%

Gaeco cumpre mandados em operação de troca de drogas por assinaturas



Gaeco investiga facção que oferecia cocaína em troca de assinaturas para projeto de lei Divulgação

Segunda fase da Operação Umbra cumpriu sete prisões preventivas e oito mandados de busca em quatro cidades paranaenses e duas paulistas; investigação também apura tráfico de armas e possível participação em duplo homicídio

Eliane Alexandrino
Cascavel

•O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Paraná (MPPR), cumpriu sete mandados de prisão preventiva e oito de busca e apreensão ontem (28), durante a segunda fase da Operação Umbra. A investigação apura a atuação regional de uma facção criminosa suspeita de envolvimento com tráfico de drogas, comércio de armas e distribuição de entorpecentes em troca de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular.

As diligências foram realizadas em Londrina, Cambé, Cascavel e Piraquara, no Paraná, além de Avaré e Marília, em São Paulo. Os mandados foram autorizados pelo Juízo das Garantias da 5ª Vara Criminal de Londrina.

A investigação busca esclarecer a estrutura e o funcionamento da organização criminosa na região abrangida pelo DDD 43, no Norte do Paraná. Segundo o Ministério Público, o grupo teria uma divisão de funções entre integrantes responsáveis pela disciplina interna, supervisão financeira, coordenação do tráfico e negociação de armamentos.

Um dos principais pontos da investigação é uma campanha de coleta de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular que pretendia flexibilizar as regras para visitas íntimas e conjugais em estabelecimentos prisionais.

De acordo com o Gaeco, integrantes da facção promoviam a iniciativa em Londrina e região com o objetivo de pressionar o sistema prisional. Mensagens apreendidas durante a apuração indicavam a meta de reunir 290 mil assinaturas em todo o país.

Para incentivar a participação, os investigados distribuíam porções de drogas às pessoas que apresentassem assinaturas coletadas. Os entorpecentes seriam fornecidos pelos responsáveis pelos pontos de venda, conhecidos como "donos de quebradas".

A prática era chamada internamente de "trabalho de revertimento". Planilhas apreendidas detalhavam a quantidade de drogas disponibilizada por cada ponto de venda e sua relação com o número de assinaturas obtidas. Em um dos registros, cada grama de cocaína correspondia a oito assinaturas.

Hierarquia

Segundo as apurações, a estrutura regional da facção seria comandada por dois irmãos com atribuições distintas. Um deles ocuparia a função de "Geral da Região 43", responsável pela disciplina dos integrantes, pela transmissão de ordens da cúpula da organização e pela autorização ou veto de punições e transferências internas. O outro seria o "Final 100% do Estado do Paraná", com atribuições de supervisão financeira e operacional das atividades ilícitas. Ele também seria responsável por coordenar o comércio de drogas a partir da zona sul de Londrina. Os demais investigados teriam funções específicas, como contabilidade da organização, administração de pontos de venda, gestão do chamado "tribunal do crime" e negociação de armas de fogo de grosso calibre, incluindo fuzis.

EM NÚMEROS

2ª

A Operação Umbra teve sua primeira fase deflagrada em maio de 2025, quando o Gaeco cumpriu três mandados de busca e apreensão em uma investigação sobre um homem suspeito de liderar uma organização criminosa na região de Londrina. Nesta quarta-feira, a segunda fase ampliou as diligências para outros municípios e aprofundou a apuração sobre a estrutura regional da facção

Atuação de dentro de presídios

O Gaeco identificou indícios de que parte dos investigados continuava exercendo funções na organização criminosa mesmo estando presa em unidades penitenciárias do Paraná e de São Paulo. Conforme a investigação, alguns suspeitos supostamente repassavam orientações, negociavam armamentos e administravam a distribuição de drogas a partir das unidades prisionais. Para dificultar a identificação, utilizariam linhas telefônicas registradas em nome de terceiros. Os suspeitos poderão responder por crimes como favorecimento ao domínio social estruturado e tráfico de drogas, conforme o Ministério Público.

50%

DESCONTO
MENSALIDADE
ATÉ O FINAL DO
CURSO

Acesse o site
ead.fag.edu.br/cursos

FAG EAD
CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

Brasileirão Rubro-Negro teve uma vitória sofrida sobre o Atlético-MG na rodada anterior. Vasco está com o foco nas semifinais da Copa do Brasil

Flamengo faz clássico decisivo com o Vasco

Rubro-Negro tem a obrigação de vencer o rival Vasco nesta quinta-feira


O Flamengo venceu o Atlético-MG na rodada passada Gilvan de Souza

DA REDAÇÃO
Cascavel

● O Flamengo não conseguirá repetir os feitos das temporadas de 2019 e 2025. Nas duas ocasiões, o Rubro-Negro foi campeão brasileiro e campeão da Libertadores da América de maneira simultânea. A meta era essa nesse ano, mas o clube caiu nas semifinais da Libertadores para o Estudiantes. Uma derrota dura, nos pênaltis, diante da torcida. Logo, restou apenas a luta pelo título do Brasileirão.

Depois da queda na Liberta, o Flamengo tomou um susto e sofreu para derrotar o Atlético-MG por 3 a 2, na última segunda-feira. Com isso, conseguiu fechar a rodada na liderança com 70 pontos. E para seguir com boas possibilidades de título, o Rubro-Negro precisa vencer o Vasco no jogo desta quinta-feira (29), às 20 horas, no Estádio Nilton Santos.

O Flamengo só depende de si para ser campeão brasileiro. Depois do jogo contra o Cruzmaltino, o Rubro-Negro joga em casa contra o Grêmio e Athletico-PR, visita o Palmeiras na antepenúltima rodada em jogo que pode valer a taça, além dos confrontos contra Coritiba fora e Chapecoense, em casa, na última rodada.

Danilo

Danilo encerrará sua carreira no Flamengo, mas em 2027. O jogador acertou um novo contrato com o Rubro-Negro, até o final da próxima temporada. O anúncio está próximo, já que os últimos detalhes do acordo já foram sacramentados.

A diretoria do Flamengo sempre deixou claro que tinha o desejo que o jogador permanecesse mais um ano em campo. Danilo ponderava a aposentadoria, mas aceitou a oferta. Titular da Seleção Brasileira na última Copa, a terceira da carreira, Danilo chegou ao Ninho do Urubu em 2025 após passagem pela Juventus. Autor do gol do título da Libertadores do ano passado, soma 57 partidas, com 6 gols e 2 assistências. Apesar de ser considerado reserva hoje, conta com uma liderança importante no vestiário.

NÚMERO

70

O Flamengo tem 70 pontos e **quer a vitória para defender a liderança**

Vasco

Diferente do Flamengo, o Vasco ainda tem duas competições pela frente. No próximo domingo (1º), o Cruzmaltino faz o jogo de ida das semifinais da Copa do Brasil contra o Palmeiras, às 16 horas, no Nubank Parque. O Vasco foi finalista da última Copa do Brasil e foi superado pelo Corinthians. Agora, tenta chegar novamente na decisão, até porque, neste ano, o finalista terá uma vaga pelo menos na pré-Libertadores. No entanto, o time não pode se dar ao luxo de priorizar essa partida em detrimento do jogo contra o Flamengo pela proximidade da zona do rebaixamento.

Na rodada passada, o Vasco teve uma grande vitória de virada sobre o Corinthians por 3 a 2. Com isso, o Vasco foi aos 38 pontos, quatro a mais que o Grêmio que abre a zona do rebaixamento. Uma vitória sobre o Flamengo pode reduzir ainda mais o risco de queda.

Atlético-MG

O Atlético-MG fez um grande jogo na última segunda-feira contra o Flamengo, mas foi derrotado por 3 a 2. Nesta quinta, o Galo volta a jogar pelo Brasileirão e também tem um clássico pela frente. Joga em casa contra o Cruzeiro, às 19h30, na Arena MRV. Este é um confronto direto por vaga na próxima Libertadores da América. O Cabuloso é o terceiro colocado com 54 pontos e o Galo está mais abaixo com 50.

Vale ressaltar que o Atlético-MG tem três competições no calendário. A tendência é que o time priorize o confronto contra o Grêmio, no próximo domingo, pelas semifinais da Copa do Brasil. E o Atlético-MG também irá disputar a final da Copa Sul-Americana contra o Boca Juniors no dia 21 de novembro, em Barranquilla.


Lucas Uebel

BRASILEIRÃO

Grêmio recebe o Furacão em Porto Alegre hoje

● O Grêmio quer manter o embalo para tentar fugir do rebaixamento. Na última segunda-feira, o Tricolor Gaúcho conseguiu um ótimo resultado e derrotou o Coritiba por 1 a 0, fora de casa. Agora, a equipe do técnico Renato Gaúcho tem outro paranaense pela frente. Só que, desta vez, irá atuar nos próprios domínios. O Grêmio joga nesta quinta-feira (29) contra o Athletico-PR, às 21h30, em Porto Alegre. O trinfo sobre o Coxa na rodada anterior foi o primeiro sob o comando de Renato Gaúcho. Autor do gol decisivo nos acréscimos, Braithwaite exaltou o grupo após o triunfo. O atacante destacou a importância do resultado e convocou a torcida para o próximo compromisso do clube, diante do Athletico-PR. "O time trabalhou forte. Essa vitória era muito importante para nós. Agradecer a toda a torcida que viajou para nos apoiar, estamos todos juntos. Agora, vamos todos juntos à Arena para ganhar o próximo jogo. É quinta-feira", disse. Por outro lado, o Grêmio terá pela frente o Athletico-PR com grande campanha no Brasileirão. O Furacão é o quarto colocado na tabela com 54 pontos e quer ficar mais próximo de conquistar uma vaga na próxima Libertadores da América. O Vasco tenta a contratação do atacante Carlos Vinícius. Com contrato com o Grêmio até o final do ano, o jogador já está liberado para assinar um pré-contrato com outra equipe. arlos Vinícius é um jogador monitorado pelo Cruzmaltino há algum tempo. Tratado como oportunidade de mercado, o jogador já chegou até a mencionar o Vasco entre os clubes que eram apontados como seu próximo destino. Sem acordo por renovação em Porto Alegre, o atacante deixou sempre as portas abertas e foi procurado pela diretoria vascaína, que não vê entraves financeiros para o negócio evoluir. As negociações devem avançar nas próximas semanas, mas só vão ser concretizadas ao fim do Brasileirão. O próprio jogador deixou claro que só assina com um novo clube após terminar a temporada. O Grêmio luta desesperadamente contra o rebaixamento e tem como grande trunfo para isso os gols de Carlos Vinícius. Na temporada, o artilheiro soma 21 gols em 52 partidas. Carlos Vinícius chegou em Porto Alegre em 2025 após fazer carreira na Europa.

Márcio Coelho analisa a volta para a Seleção e a vitória do Stein Cascavel

O treinador foi chamado para compor a comissão técnica da Seleção nos jogos contra Portugal



O Stein tem três nomes na lista da Seleção Arte Stein

Luciano Neves
Cascavel

● O técnico do Stein Cascavel, Márcio Coelho, trabalha muito. Mas ontem, ele foi acionado durante a folga para um bate-papo por um motivo nobre: falar da convocação da Seleção Brasileira de futsal feminino. Mais uma vez, ele foi acionado para fazer parte da comissão técnica brasileira nos amistosos contra Portugal, que serão disputados nos dias 22 e 24 de novembro, em Paranaguá, no litoral paranaense.

Além dele, a lista de convocadas teve a presença de duas jogadoras do Stein: a goleira Bianca e a ala Luana. Os jogos em Paranaguá terão um caráter festivo. Até porque, no ano passado, quando o Brasil foi campeão mundial de futsal feminino na primeira edição organizada pela Fifa, na Tailândia, a final foi justamente contra Portugal. Coelho, Bianca e Luana estavam lá e voltaram para casa como campeões com o Brasil. "É sempre uma honra. É um sentimento de muita felicidade poder estar nessa relação, ser um dos privilegiados por representar essa camisa amarela que é tão forte. E agora com a primeira estrela. Esse é o reencontro dos campeões mundiais. E também tem esse cenário da reedição da final da Copa do Mundo. Então tem muitos elementos que vão tornar esse encontro muito especial", disse o treinador.

NÚMERO

31

No sábado (31) o Stein Cascavel faz **o jogo de volta das semifinais do Estadual** contra o Londrina

A apresentação da delegação está prevista para o dia 16 de novembro, com o período de convocação seguindo até o dia 25. Os dois confrontos contra Portugal serão realizados na Arena Albertina Salmon, diante da torcida paranaense.

Série Ouro

O Stein Cascavel está muito perto da sexta final consecutiva do Campeonato Paranaense da Série Ouro. Na terça, no mesmo dia da convocação, Márcio Coelho e suas atletas estiveram em Londrina para o jogo de ida das semifinais. O Stein venceu o Londrina por 2 a 1, manteve os 100% de aproveitamento no Estadual e agora tem a vantagem do empate na partida de volta. O jogo será no próximo sábado (31), às 16 horas, no ginásio da Neva. Depois desse jogo, o Stein volta as atenções para a Libertadores da América de futsal. A equipe irá viajar na próxima quinta (05) e a estreia contra a Universidad de Chile será no sábado, dia 07 de novembro.


Agência Corinthians

CORINTHIANS

Timão busca o feito de outros seis clubes

● O Corinthians entrou na rodada 33 do Brasileirão em 18º lugar. Em toda a história do Campeonato Brasileiro desde que a competição é disputada por 20 clubes em pontos corridos, apenas seis equipes evitaram o rebaixamento estando entre os três últimos restando seis partidas. Athletico-PR, Avaí e Juventude estavam na mesma posição que o Timão e conseguiram evitar a queda. A distância de dois pontos para o primeiro time fora do Z-4, o Inter, é a mesma que Furacão e Avaí tiraram em 2008 e 2010, respectivamente. O Juventude superou uma margem de três pontos em 2024. Três equipes evitaram a queda em situações piores que a do Corinthians atual. Em 2013, o Criciúma estava em 19º, a três pontos da zona da degola, e não caiu. A Chape, em 2018, também era penúltima, mas precisava de dois pontos para deixar o grupo. O único lanterna da rodada 32 que não caiu foi o Fluminense, que em 2009 tirou uma diferença de cinco pontos para o primeiro time fora do Z-4. Ainda assim, não existe nenhum paralelo para dar esperanças para os virtuais rebaixados Chapecoense e Remo, que têm uma distância de 9 e 14 pontos para o 16º colocado, respectivamente. Além dos seis clubes em situações iguais ou piores que a do Corinthians citados, vale mencionar os casos, mais frequentes, entre os que entraram na rodada 33 entre os quatro, mas em 17º lugar, e não caíram: Náutico (2008), Atlético (2010), Coritiba (2014 e 2015), Fluminense (2019), Fortaleza (2020), Cuiabá (2022), Vasco (2023), Bragantino (2024) e o Vitória (2016, 2017 e 2025). Com 33 pontos, o Corinthians enfrenta o Mirassol na sexta-feira com uma meta clara: alcançar os 45 pontos que, tradicionalmente, evitam a queda. Para isso, precisará de 12 dos 18 pontos ainda em disputa. Cada ponto deixado para trás a partir de agora significa dar um passo mais próximo da Série B.

Fernando Seabra é o 20º técnico demitido no Brasileirão

Da redação
Cascavel

● Sobreviver no competitivo Brasileirão é para poucos. Com exceção de Abel Ferreira, no Palmeiras, e Rogério Ceni, no Bahia, a longevidade no cargo de treinador é uma miragem (e os dois já estiveram ameaçados). Cada rodada é um teste de resistência para os treinadores em atividade no futebol brasileiro.

Com pressão constante, cobranças muitas vezes fora da realidade, o calendário mais desgastante do futebol de elite - maratona de jogos, viagens longas e logística complicada - os técnicos por aqui costumam ter vida curta. Depois do complemento da 32ª rodada, o campeonato chegou a vinte técnicos demitidos. O 20º demitido foi Fernando Seabra, do Coritiba.

A demissão ocorreu após a derrota de 1 a 0 para o Grêmio em casa. O resultado ampliou a sequência negativa do Coxa, que chegou ao sétimo jogo consecutivo sem vencer na competição. A equipe tem 39 pontos, e viu a distância para a zona de rebaixamento diminuir para cinco pontos. O Grêmio, justamente o time que abre o Z-4, tem 34.

A saída de Seabra acontece a seis rodadas do fim do Campeonato Brasileiro. O treinador havia assumido o Coritiba em dezembro de 2025, pouco depois de o clube conquistar o título da Série B e garantir o retorno à elite do futebol brasileiro. Durante a passagem pelo Coxa, Seabra comandou a equipe em 42 partidas. Foram 14 vitórias, 13 empates e 15 derrotas, com 43,6% de aproveitamento.


Seabra não é mais técnico do Coxa JP Pacheco

Até que a diretoria anuncie um novo treinador, o Coritiba será comandado pela comissão técnica permanente. Guilherme Bossle, o Guila, e Reginaldo Nascimento ficarão responsáveis pelos trabalhos com o elenco durante o período de transição.

Em nota oficial, o Coritiba confirmou a saída e agradeceu ao treinador e aos integrantes de sua comissão técnica pelo período no clube. "O Coritiba Foot Ball Club informa que Fernando Seabra não seguirá como treinador da equipe profissional. O Clube agradece profundamente a Fernando Seabra e a toda a sua comissão técnica pelo profissionalismo, dedicação e compromisso demonstrados ao longo de sua passagem pelo Coritiba".

Publicidade Legal

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA – SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGISTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON

AVISO DE PUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº INTERNO GMS 594/2026 – Nº COMPRAS.GOV. 38/2026 - SRP
PROTOCOLO Nº 25.835.017-0
OBJETO: Registro de preços, pelo período de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual aquisição de etiqueta e ribbon, a fim de atender as demandas do LACEN-PR.
INTERESSADO: LACEN-PR
AUTORIZADO pelo Exmo. Sr. Secretário da Administração e da Previdência, em 15 de outubro de 2026.
SESSÃO PÚBLICA - DISPUTA: 16 de novembro de 2026 às 10h00min.
LOCAL da DISPUTA e EDITAL: Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp)
Informações Complementares: Compras Paraná (www.administracao.pr.gov.br/Compras) e Portal da Transparência do Estado do Paraná (www.transparencia.pr.gov.br)

---

unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

PROCESSO 26.442.994-3 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026
GMS Nº 1628/2026
UNIOESTE/CÂMPUS DE TOLEDO

O Pregoeiro da UNIOESTE, Câmpus de Toledo, avisa que realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.
Objeto: Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, para futura e eventual aquisição de EQUIPAMENTOS DE LABORATÓRIO, para a realização de atividades acadêmicas e de pesquisa.
Recebimento das propostas: a partir de 30/10/2026, às 08h00.
Data de abertura e recebimento dos lances: 16/11/2026, às 09h00, no seguinte endereço: https://www.gov.br/compras/pt-br/
Valor máximo: R$ 96.213,01 (noventa e seis mil, duzentos e treze reais, e um centavo).
O Edital e seus anexos podem ser obtidos junto aos sites: https://midas.unioeste.br/sgav/licitacoes#/ e/ou https://www.gov.br/compras/ (UASG 926275). Maiores informações através do e-mail: toledo.licitacao@unioeste.br.

Adriel José Machado – Pregoeiro.
Toledo-PR, 29 de outubro de 2026.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A.
CNPJ 75.063.164/0001-67

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N°008/2026

PROTOCOLO: 26.598.856-3
OBJETO: Contratação de empresa especializada para Manutenções Prediais na Unidade Atacadista de Cascavel/PR.
ABERTURA: 24/11/2026 às 09:00 hrs no site http://www.licitacoes-e.com.br.
VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
RETIRADA DO EDITAL: O Edital estará à disposição através do endereço eletrônico www.ceasa.pr.gov.br, no link de "Licitações – Pregão Eletrônico" e poderá ainda ser solicitado através do e-mail licitacaoceasa@ceasa.pr.gov.br.

João Luiz Buso
Diretor-Presidente

MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2026/PMQI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, RETROESCAVADEIRA E CAMINHÃO CAÇAMBA POR HORA TRABALHADA, COM FORNECIMENTO DE OPERADOR/MOTORISTA, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS, LUBRIFICANTES, SEGUROS, ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS E TODOS OS DEMAIS INSUMOS E DESPESAS NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.
- INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: às 07:59 horas/minutos do dia 05/11/2026.
- RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 07:59 horas/minutos do dia 19/11/2026.
- ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08:00 horas do dia 19/11/2026.
- INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 19/11/2026.
- LOCAL: Sistema da Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br).
AUTORIZAÇÃO: RAFAEL CIRYLLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA - Prefeito Municipal.
INFORMAÇÕES E OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O caderno de instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp/), no Sistema de Licitações da Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br), no Portal do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná (www.quedasdoiguacu.pr.gov.br), podendo ainda ser retirado no Departamento de Licitações do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, sito à Rua Juazeiro, 1065, Centro, no horário normal de expediente, de segunda a sexta-feira das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Quedas do Iguaçu, 27 de outubro de 2026.
RAFAEL CIRYLLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA
Prefeito de Quedas do Iguaçu/Pr.

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU/PR

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 30/2026-PMSI

OBJETO: Aquisição de camisetas de treinamento destinadas aos atletas das categorias de base do Município de Saudade do Iguaçu/PR.

AMOSTRA: Sim.

VALOR MÁXIMO TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 19.516,00 (dezenove mil, quinhentos e dezesseis reais).

DATA DA SESSÃO: 05/11/2026.
HORÁRIO DA FASE DE LANCES: Das 11h às 12h.

LOCAL: www.bll.org.br "**Acesso Identificado** no link – licitações". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu - **Setor de Licitações**, localizada na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - Centro - CEP: 85.568-000, TEL: 0800 090 6545 – ramal 212, e-mail: compras@saudadedoiguacu.pr.gov.br

Saudade do Iguaçu, 28 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
PREFEITO MUNICIPAL

---

bradesco | **EDITAL DE LEILÃO** "LEILÃO ON-LINE" | **MILAN LEILÕES** LEILOEIROS OFICIAIS

1°LEILÃO: **10/11/2026** Às 15h. - 2°LEILÃO: **12/11/2026** Às 15h

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infra citados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: **CASCAVEL - PR. BAIRRO JD. MARIA DE LOURDES**. Rua Engenharia, n°340, (Lt 17 da Qd B). Casa. Áreas Totais. Terr. 525,00m² e constr. 246,17m²(estimada no local). Matr. 43.003 do 3°RI Local. Obs: Construção e numeração predial pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupado. (AF). 1º Leilão: 10/11/2026, às 15h. **Lance mínimo: R$ 811.000,00** e 2º Leilão: 12/11/2026, às 15h. **Lance mínimo: R$ 486.600,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.milanleiloes.com.br

Inf: Tel.: (11) 3336-6684 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 266 Consultar edital completo e detalhado no site - www.milanleiloes.com.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 4.205/2026
PROCESSO Nº 112/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA ELETRÔNICA Nº 29/2026-PMSI

REGIME JURÍDICO: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

ART. 75, INCISO II, DA LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

DISPUTA ELETRÔNICA: NÃO

DIVULGAÇÃO: SIM

1. OBJETO
Contratação de serviços de manutenção dos relógios de ponto utilizados para o registro da jornada de trabalho dos servidores municipais.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A contratação de serviços de manutenção dos relógios de ponto justifica-se pela necessidade de garantir o correto funcionamento dos equipamentos utilizados para o registro da jornada de trabalho dos servidores municipais. A manutenção é necessária para assegurar a confiabilidade dos registros de entrada e saída, evitar falhas no controle de frequência e garantir a continuidade do serviço, contribuindo para a adequada gestão e controle da jornada de trabalho dos servidores públicos municipais.
A escolha da contratada justifica-se por ter apresentado o menor preço entre as propostas obtidas, atendendo aos requisitos e às especificações estabelecidas para a prestação dos serviços. Dessa forma, a contratação demonstra-se vantajosa para a Administração Pública, considerando o critério de menor preço, a adequação do serviço às necessidades do Município e a busca pela economicidade e pelo uso eficiente dos recursos públicos.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

3.1 A presente hipótese de contratação direta por Dispensa de Licitação tem embasamento no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11, no caso de outros serviços e compras;

4. FORNECEDOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO
4.1 FORNECEDOR
J. J. ALBERTI & CIA LTDA, CNPJ nº 82.203.845/0001-49.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UN	VALOR TOTAL
1	Manutenção de relógio ponto control ID. Incluindo limpeza, lacração, desbloqueio. Deslocamento, Troca da bateria da placa cpu, troca do nobreak.	14	UN	6.720,00
2	Troca de itens se necessário com valores: impressora valor 535,00. Leitor biométrica valor 220,00 Display do relógio ponto control id valor 235,00.	3	535,00 x 3 = 1.605,00 220,00 x 3 = 660 235,00 x 3 = 705,00.	2.970,00
3	Software para coleta automáticas, dos relógios pontos, para o software servidor de tratamento do ponto. App para celular para conferência de espelho de ponto para os colaboradores.	1	UN	8.900,00
			VALOR TOTAL	R$ 18.590,00

4.2 FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até trinta (30) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal eletrônica, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5. HABILITAÇÃO

5.1 A contratada atende às exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista usuais, cujos comprovantes estão anexos a este processo. Foi dispensada a exigência de outros documentos, conforme o inciso III do Art. 70 da Lei n. 14.133/ 2021.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os recursos financeiros serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias:
Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Ação: 04.122.0003.2.007 – Atividades da Administração Geral
Despesa: 3.3.90.39.17.00 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos
Principal: 71 Despesa: 6163
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Ação: 04.122.0003.2.007 – Atividades da Administração Geral

Despesa: 3.3.90.30.17.00 – Material de Processamento de Dados
Principal: 61 Despesa: 5566
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Ação: 04.122.0003.2.007 – Atividades da Administração Geral
Despesa: 3.3.90.40.06.00 – Locação de Software
Principal: 73 Despesa: 5105
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)

7. DO PRAZO E DA EXECUÇÃO
O prazo para execução dos serviços e disponibilização do software será de até 60 (sessenta) dias, contados conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e na autorização de fornecimento ou ordem de serviço emitida pela Administração.

Saudade do Iguaçu/PR, 27 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2026-PMSI

Com base nos memorandos, justificativas e parecer jurídico, anexos, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 29/2026-PMSI, cujo objeto é a contratação de serviços de manutenção dos relógios de ponto utilizados para o registro da jornada de trabalho dos servidores municipais, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ADJUDICO o objeto em favor da empresa J.J. ALBERTI LTDA, CNPJ nº 82.203.845/0001-49, com sede na cidade de Quedas do Iguaçu/PR, pelo valor total de R$ 18.590 (dezoito mil, quinhentos e noventa reais).

Saudade do Iguaçu/PR, 27 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DO PREFEITO

RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2026-PMSI

Com base nos memorandos, justificativas e parecer jurídico, anexos, RATIFICO a Dispensa de Licitação nº 31/2026-PMSI, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de películas de controle solar nos veículos, caminhões e máquinas pesadas da Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu – PR, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ADJUDICO o objeto em favor da empresa TRATORMAX - COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA, CNPJ nº 04.983.112/0001-60, com sede na cidade de Pato Branco/PR, pelo valor total de R$ 33.380,00 (trinta e três mil, trezentos e oitenta).

Saudade do Iguaçu/PR, 28 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1DOC Nº 4.152/2026

PROCESSO Nº 114/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM DISPUTA ELETRÔNICA Nº 31/2026-PMSI

REGIME JURÍDICO: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

ART. 75, INCISO II, DA LEI N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

DISPUTA ELETRÔNICA: NÃO

DIVULGAÇÃO: SIM

1. OBJETO
A contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de películas de controle solar nos veículos, caminhões e máquinas pesadas da Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu – PR.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO E DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo solicita a contratação de empresa especializada para o fornecimento e a instalação de películas de controle solar nos veículos, caminhões e máquinas pesadas da Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, conforme a relação anexa, que faz parte desta justificativa. Os motoristas e operadores passam várias horas por dia dentro das cabines, muitas vezes sob incidência direta do sol. Sem as películas, o calor e a exposição solar tornam a jornada mais desgastante e dificultam o trabalho, especialmente para os servidores que atuam nas estradas, nas obras e na operação de máquinas pesadas. A contratação é urgente diante da aproximação dos meses mais quentes e do verão. Com o aumento das temperaturas, é necessário melhorar as condições de trabalho desses profissionais o quanto antes. A instalação das películas ajudará a reduzir a entrada de calor e a incidência direta do sol nas cabines, proporcionando mais conforto e contribuindo para o cuidado com a saúde e o bem-estar dos servidores. O valor total estimado para a instalação nos veículos, caminhões e máquinas pesadas – conforme relação dos mesmo que seguem ANEXO. O serviço deverá respeitar as características de cada equipamento, manter a visibilidade necessária para a condução segura e observar as normas aplicáveis. Diante disso, justifica-se a contratação, considerando a necessidade de cuidar dos servidores que utilizam a frota diariamente e de oferecer melhores condições para a continuidade dos serviços prestados à população.
Os serviços deverão ser realizados no Pátio de Máquinas – Setor Rodoviário da Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu – PR, aos finais de semana, quando os veículos, caminhões e máquinas pesadas não estiverem em uso. O agendamento deverá ser combinado previamente com a Secretaria, para que a instalação das películas não prejudique a rotina de trabalho nem a continuidade dos serviços prestados à população.
A escolha da contratada justifica-se por ter apresentado o menor preço entre as propostas obtidas, atendendo aos requisitos e às especificações estabelecidas para a prestação dos serviços. Dessa forma, a contratação demonstra-se vantajosa para a Administração Pública, considerando o critério de menor preço, a adequação do serviço às necessidades do Município e a busca pela economicidade e pelo uso eficiente dos recursos públicos.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

3.1 A presente hipótese de contratação direta por Dispensa de Licitação tem embasamento no inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11, no caso de outros serviços e compras;

4. FORNECEDOR, PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO
4.1 FORNECEDOR
TRATORMAX - COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-EPP, CNPJ nº 04.983.112/0001-60.

ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	ROLO COMPACTADOR NEW HOLLAND, patrimônio nº 7604. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 2.100,00	R$ 2.100,00
2	1	CARREGADEIRA XCMG, patrimônio nº 12248. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 2.500,00	R$ 2.500,00
3	1	MINICARREGADEIRA BOBCAT S570, patrimônios nº 13779 e nº 3411. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 1.800,00	R$ 1.800,00
4	1	MINICARREGADEIRA NEW HOLLAND, patrimônio nº 12786. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 1.800,00	R$ 1.800,00
5	1	ESCAVADEIRA JOHN DEERE 160G, patrimônio nº 12786. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 2.300,00	R$ 2.300,00
6	1	ESCAVADEIRA DOOSAN DX225LCA-BR10, patrimônio nº 9204. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 2.300,00	R$ 2.300,00
7	1	RETROESCAVADEIRA RONDON RD 406, patrimônio nº 11804. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 2.800,00	R$ 2.800,00
8	1	MOTONIVELADORA CASE 140HP, patrimônio nº 5021. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 2.200,00	R$ 2.200,00
9	1	MOTONIVELADORA CATERPILLAR, patrimônio nº 7202. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 2.200,00	R$ 2.200,00
10	1	CAMINHÃO M. BENZ/ATEGO 1419 (FOSSA), patrimônio nº 13908, placa RHO-7G32. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 1.300,00	R$ 1.300,00
11	1	CAMINHÃO M. BENZ/ATEGO 273CE/BASCULANTE, patrimônio nº 15471, placa UAY-3G69. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 1.300,00	R$ 1.300,00
12	1	CAMINHÃO M. BENZ/ATEGO 273CE/BASCULANTE, patrimônio nº 15472, placa UAY-3G71. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 1.300,00	R$ 1.300,00
13	1	CAMINHÃO M. BENZ/ATEGO 273CE/BASCULANTE, patrimônio nº 15473, placa UAY-3G65. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 1.300,00	R$ 1.300,00
14	1	CAMINHÃO TRATOR TRAÇÃO, patrimônio nº 15542, placa UIY-7D75. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 1.300,00	R$ 1.300,00
15	1	VW 25.32 CNCR 6X2 CONSTELLATION, patrimônio nº 5336, placa AUM-6F10. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 1.300,00	R$ 1.300,00
16	1	VW 26.220 EURO 03 WORKER, patrimônio nº 5026, placa ASX-5981. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 1.300,00	R$ 1.300,00
17	1	CITROEN C3 LIVE 1.0, patrimônio nº 15233, placa TAN-8E82. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 900,00	R$ 900,00
18	1	FIAT STRADA HD WK CE, patrimônio nº 1883, placa BCI-6E97. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 900,00	R$ 900,00
19	1	FIAT STRADA FIRE FLEX, patrimônio nº 4452, placa ASO-279. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 680,00	R$ 680,00
20	1	SANDERO ADAPAR, patrimônio nº 15541, placa AZJ-0985. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 900,00	R$ 900,00
21	1	SANDERO ADAPAR, patrimônio nº 15633, placa AWP-7049. Serviços de instalação de películas de proteção em todos os vidros, inclusive para-brisa, com película profissional e 1 ano de garantia.	R$ 900,00	R$ 900,00
			VALOR TOTAL	R$ 33.380,00

4.2 FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo máximo de até trinta (30) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal eletrônica, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5. HABILITAÇÃO

5.1 A contratada atende às exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista usuais, cujos comprovantes estão anexos a este processo. Foi dispensada a exigência de outros documentos, conforme o inciso III do Art. 70 da Lei n. 14.133/ 2021.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS

6.1 Os recursos financeiros serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:
Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo
Ação: 26.782.0020.2.021 – Manutenção e Conservação de Estradas e Vias
Despesa: 3.3.90.39.19.99 – Outros Serviços de Manutenção e Conservação de Veículos
Principal: 765 Despesa: 5903
Fonte: 504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais

7. DO PRAZO E DA EXECUÇÃO
O prazo para execução dos serviços será de até 60 (sessenta) dias, contados conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência e na autorização de fornecimento ou ordem de serviço emitida pela Administração.

Saudade do Iguaçu/PR, 28 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

www.saudadedoiguacu.pr.gov
CNPJ 95.585.477/0001-92 | Saudade do Iguaçu – Estado do Paraná
Rua Frei Vito Berscheid, nº 708, Bairro Central | CEP 85.568-000
Fone: 0800 090 6545 | E-mail: prefeitura@saudadedoiguacu.pr.gov.br





EXTINTORES ALIANÇA

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



PLASTIVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS

www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ



Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

Editora Okavango LTDA
CNPJ 39.583.156/0001-88

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* *Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da* ***Gazeta do Paraná***

Editorial

O voto não é cheque em branco

●O resultado das urnas encerra uma disputa eleitoral, mas não encerra o debate político. Ao contrário, inaugura uma etapa em que promessas precisam ser confrontadas com decisões, discursos devem se traduzir em políticas públicas e os eleitos passam a responder não apenas aos seus apoiadores, mas à sociedade inteira. O voto confere legitimidade para governar. Não concede imunidade à crítica nem autorização para agir sem limites.

Em eleições marcadas pela polarização, é compreensível que a vitória seja recebida com entusiasmo por uns e frustração por outros. O problema começa quando essa divisão é transportada para a relação entre governantes e cidadãos. Quem venceu não pode tratar a maioria eleitoral como licença para ignorar as instituições. Quem perdeu não pode transformar a oposição em recusa permanente das regras democráticas. A alternância de poder exige responsabilidade de ambos os lados.

Governar implica fazer escolhas, inclusive escolhas difíceis. Orçamentos são limitados, interesses entram em conflito e nem toda promessa encontra condições de execução. Justamente por isso, a transparência é indispensável. A população precisa saber por que determinadas prioridades foram estabelecidas, como os recursos estão sendo empregados e quais resultados estão sendo alcançados. Explicações não são favores prestados pelo poder público. São parte de sua obrigação.

O Congresso, as assembleias legislativas, as câmaras municipais, os órgãos de controle e o Judiciário desempenham funções distintas nesse acompanhamento. A imprensa também tem uma responsabilidade essencial: investigar, questionar, verificar informações e dar visibilidade ao que os governos prefeririam manter fora do debate. Fiscalizar não significa torcer pelo fracasso de uma administração. Significa reconhecer que nenhum governante está acima do interesse público.

A mesma lógica vale para os eleitores. Apoiar um candidato não exige concordar com cada medida de seu governo. É possível defender um projeto político e, ao mesmo tempo, cobrar coerência, eficiência e respeito aos direitos. A crítica fundamentada não é traição. É exercício de cidadania. Quando a fidelidade a uma liderança se torna mais importante que os princípios que justificaram o voto, a democracia perde uma de suas principais formas de controle.

Também seria um erro imaginar que a fiscalização começa apenas depois da posse. As equipes de transição, a composição dos ministérios e secretarias, as primeiras negociações legislativas e os compromissos assumidos antes da formação do governo já revelam prioridades. É nesse momento que a sociedade deve acompanhar quem participa das decisões, quais interesses encontram espaço e quais demandas correm o risco de ficar para depois.

A democracia não se resume ao direito de escolher representantes periodicamente. Ela depende da possibilidade concreta de acompanhar, contestar e corrigir os rumos do poder entre uma eleição e outra. Um governo forte não é aquele que se protege das perguntas, mas o que consegue respondê-las com fatos, argumentos e resultados. E uma sociedade politicamente madura não abandona sua capacidade de cobrança quando seu candidato vence.

As urnas decidiram quem governará. Cabe às instituições, à imprensa e aos cidadãos garantir que o mandato seja exercido sob vigilância democrática. O voto é uma autorização temporária, condicionada às leis e ao dever de prestar contas. Nunca um cheque em branco.

O que muda para o produtor com nova lei do seguro rural

Bruno
SCARMATO

**Advogado do escritório Reis Advogados*

A cadeia do agronegócio é, por definição, um ecossistema muito interdependente. Em minha trajetória jurídica, tive a oportunidade de atuar em frentes complementares desse setor: primeiramente, no departamento jurídico interno de uma multinacional de alimentos, vivenciando de perto os desafios operacionais das áreas comercial, de logística e de engenharia. E, hoje, na representação de instituições financeiras e cooperativas de crédito.

Essa dupla vivência permite enxergar o risco agrícola sob uma ótica de 360 graus: se no campo uma intempérie ameaça a colheita, na indústria ela desestabiliza a cadeia de suprimentos e o escoamento, enquanto no setor financeiro, eleva o risco de inadimplência das operações de crédito rural.

Para mitigar esse efeito cascata, o mercado brasileiro de seguros tem passado por um amadurecimento acelerado. O seguro rural vem deixando de ser encarado como um mero produto acessório ou uma "obrigação de balcão" para se consolidar como a verdadeira espinha dorsal da segurança financeira do agronegócio. É exatamente nesse contexto de modernização e de maior integração entre a proteção no campo e a garantia do crédito que o ambiente regulatório dá um passo decisivo: a lei 15.526, sancionada em 29 de setembro último, apresenta avanços relevantes. Porém, exige mais atenção na contratação da apólice e pode mudar a relação entre seguro, crédito e gestão de riscos no campo.

A atividade rural convive com uma particularidade que nenhum planejamento consegue eliminar: parte relevante dos riscos está fora do controle do produtor. Eventos climáticos, pragas, doenças e outros fenômenos podem comprometer uma safra, afetar o patrimônio e, em consequência, a capacidade de honrar financiamentos. Por isso, o seguro rural deve ser visto como instrumento de gestão de risco.

A nova lei reforça essa concepção ao consolidar o seguro rural como instrumento da política agrícola. Mais do que criar obrigações para seguradoras, a legislação estabelece mudanças que interessam de modo direto ao produtor, especialmente na regulação de sinistros, na relação com o crédito rural e no acesso à subvenção do prêmio.

O primeiro avanço está na maior previsibilidade do processo de indenização. Os contratos deverão indicar de maneira objetiva os documentos que o segurado precisa apresentar para a regulação do sinistro. A lei determina, ainda, que essa relação contenha apenas documentos cuja obtenção dependa exclusivamente do produtor e que tenham relação direta com o sinistro.

Há, também, prazos definidos. Nos casos em que não seja necessária vistoria técnica presencial vinculada à colheita, ao corte ou à liberação da área, a regulação deverá ocorrer em até 15 dias a partir do aviso do sinistro. Para a liquidação, o prazo máximo será de 30 dias, contado da entrega da documentação exigida ou, quando necessária, da realização da vistoria, o que ocorrer por último.

Na prática, isso torna ainda mais importante uma providência que muitas vezes é negligenciada: conhecer a apólice antes de precisar dela. O produtor deve saber exatamente quais eventos estão cobertos, quais são os limites da cobertura, quais documentos serão exigidos e quais procedimentos precisam ser observados para comunicar um eventual sinistro. A nova lei melhora a previsibilidade, mas não elimina a necessidade de cumprir as condições contratuais.

Outro ponto relevante é a aproximação entre seguro e crédito rural. A legislação estabelece que a apólice contratada pelo produtor poderá integrar o conjunto de garantias da operação de crédito. A instituição financeira poderá exigir, para essa finalidade, cláusulas que prevejam a cessão fiduciária dos direitos e indenizações decorrentes da apólice ou que a indiquem como primeira beneficiária da indenização em caso de sinistro.

Isso merece atenção especial. Quando o seguro estiver vinculado ao financiamento, a indenização não necessariamente estará disponível ao produtor da mesma maneira que estaria em uma apólice sem essa vinculação. Parte ou a totalidade dos recursos poderá estar comprometida com a garantia da dívida. Por isso, antes de contratar crédito associado a seguro, é recomendável compreender a estrutura jurídica da operação e verificar como eventual indenização será destinada.

A lei também prevê incentivos para operações de crédito rural amparadas por seguro, que poderão envolver condições favorecidas quanto a juros, prazos e limites, prioridade de acesso ao crédito, inclusive em prorrogações e renegociações, e financiamento do próprio prêmio do seguro. A concessão desses benefícios, contudo, dependerá da regulamentação e das condições estabelecidas pelo Poder Executivo.

Outro aspecto importante diz respeito à subvenção ao prêmio. A legislação atribui caráter obrigatório às despesas da União destinadas à subvenção econômica, mas dentro dos limites previstos no projeto de lei orçamentária e condicionadas às medidas de compensação previstas na legislação. Portanto, não se deve interpretar a nova regra como garantia de que todo produtor terá automaticamente acesso à subvenção ou de que o benefício estará disponível em qualquer circunstância.

Há, inclusive, uma nova responsabilidade para quem pretende acessar o benefício: o produtor deverá fornecer dados relativos à sua atividade agropecuária, em formato que ainda será definido pelo Poder Executivo. O descumprimento dessas obrigações poderá gerar medidas restritivas de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

A lei ainda prevê a criação de bancos de dados públicos com informações sobre as operações de seguro rural e de um manual com as regras da subvenção. A intenção é ampliar a transparência e permitir que seguradoras, produtores e demais agentes tenham acesso a informações que ajudem no desenvolvimento de produtos e políticas de gestão de risco.

Para o produtor, portanto, a principal mudança talvez não esteja em benefício único, mas na necessidade de tratar o seguro rural de maneira mais estratégica. Contratar uma apólice não deve ser um ato automático, muito menos apenas uma exigência vinculada ao financiamento. É preciso avaliar riscos, coberturas, exclusões, franquias, valores segurados, procedimentos para comunicação de sinistros e a eventual vinculação da indenização ao crédito.

A nova legislação cria instrumentos importantes para tornar esse mercado mais previsível e integrado à política agrícola. No entanto, a proteção efetiva continuará dependendo da qualidade da contratação e do cumprimento das regras. No campo, onde uma decisão tomada antes do plantio pode determinar a capacidade de enfrentar uma adversidade meses depois, entender o contrato é tão importante quanto contratar o seguro. Tal cuidado também é uma forma relevante de proteção jurídica.



Política & CIA

Proteção americana

A chegada de Flávio Bolsonaro aos Estados Unidos abriu uma nova frente de questionamentos sobre os próximos passos do senador após a derrota presidencial. Nos bastidores, circulam informações sobre uma autorização humanitária de permanência e o uso de passaporte diplomático. A modalidade de entrada, suas condições e a eventual duração da estadia ainda exigem confirmação documental. A discussão, porém, já deslocou parte da crise eleitoral brasileira para Washington.

Aval de Trump
Donald Trump manifestou aprovação à presença de Flávio Bolsonaro em território americano e voltou a lançar dúvidas sobre o resultado da eleição brasileira. A declaração reforça o alinhamento político entre os dois grupos, mas não representa, por si só, uma medida formal do governo dos Estados Unidos contra o Brasil. O alcance dessa aproximação dependerá das decisões que a Casa Branca efetivamente adotar nas próximas semanas.

Entrevista à vista
Aliados de Flávio Bolsonaro trabalham com a possibilidade de uma entrevista coletiva do senador nos Estados Unidos ainda nesta semana. A expectativa é de que ele seja cobrado a explicar as circunstâncias da viagem, a permanência no exterior e o que pretende fazer em relação ao resultado das urnas. Até a convocação pública, a coletiva permanece no campo das articulações.

Comunicação em disputa
A composição do novo governo Lula movimenta os bastidores de Brasília antes da definição da equipe. Chagas Vieira, associado politicamente ao grupo de Camilo Santana, é mencionado entre os possíveis nomes para a Secretaria de Comunicação. Uma eventual substituição de Sidônio Palmeira mexeria em área estratégica para o Planalto, sobretudo depois de uma campanha marcada pela disputa de narrativas nas plataformas digitais.

Reforma no radar
O debate sobre as regras eleitorais já entrou na pauta das conversas entre o PT e partidos do centro político. Edinho Silva sinalizou preferência pelo voto em lista, sem fechar a porta à discussão sobre o sistema distrital misto. As alternativas alteram a maneira de escolher deputados e redistribuem influência entre partidos e lideranças regionais. A negociação, se avançar, terá de enfrentar interesses divergentes dentro do próprio Congresso.

Emendas na mesa
Outro assunto que tende a ocupar a relação entre Executivo e Legislativo é o controle sobre as emendas parlamentares. Em Brasília, a discussão envolve a margem de negociação do próximo governo com deputados e senadores. No Paraná, parlamentares também voltaram a tratar de emendas impositivas, mecanismo que reduz a discricionariedade do Executivo sobre parte das despesas. O tema interessa especialmente à Assembleia na chegada de uma nova administração estadual.

Transição em marcha
O governo Ratinho Junior formalizou as regras para a transição ao futuro governo de Sergio Moro. O decreto estadual estabelece o caminho institucional para a troca de informações e a preparação da nova gestão, com Renato Adur apontado para a coordenação dos trabalhos. A etapa será acompanhada de negociação política: secretarias, estruturas e prioridades do orçamento passam a integrar as conversas entre as equipes.

Cadeiras cobiçadas
A formação do secretariado de Moro já alimenta especulações na Assembleia Legislativa. Felipe Francischini aparece entre os nomes ventilados para integrar a equipe, enquanto a possibilidade de convocar deputados para cargos no Executivo desperta interesse entre suplentes. Por enquanto, indicação cogitada não é nomeação. A definição dos convidados poderá alterar tanto o equilíbrio interno da Alep quanto a articulação do governador eleito com sua base.

Marçal no Paraná?
Uma hipótese que circula nos bastidores políticos paranaenses é a de participação de Pablo Marçal na futura administração de Sergio Moro, inclusive em uma eventual pasta voltada à prosperidade. Não há, até aqui, confirmação pública de convite ou de aceitação. O rumor chama atenção pela projeção nacional do influenciador e pelo significado político de uma possível aproximação, mas deve ser tratado como especulação até que os envolvidos se manifestem.

Contrato contestado
O encerramento de um contrato da Produserv com o governo paranaense provocou reação da empresa, que sinalizou a intenção de recorrer à Justiça. O episódio pode abrir uma disputa sobre os fundamentos da rescisão e as obrigações previstas no ajuste. Antes de dimensionar o impacto financeiro e administrativo, é necessário confrontar o contrato, o ato de encerramento e a versão oficial do Estado. A controvérsia também entra no radar da transição.

Deltan na mira
A vitória de Lula reacendeu provocações de dirigentes e apoiadores petistas contra Deltan Dallagnol no Paraná. O embate político ocorre em paralelo a discussões jurídicas relacionadas à situação eleitoral do ex-procurador. São planos distintos: críticas partidárias não antecipam decisão judicial. O caso deve seguir mobilizando adversários e aliados, pela projeção de Deltan no debate estadual.

Olhar estrangeiro
A eleição brasileira segue repercutindo fora do país. Análises internacionais situam a vitória de Lula em meio ao avanço de forças conservadoras em outras partes da América Latina e destacam o peso das redes sociais na mobilização eleitoral. A relação com os Estados Unidos, o comércio com a China e a composição do novo Congresso aparecem entre os pontos de atenção. Para o novo mandato, a repercussão externa será apenas uma das frentes de negociação.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana



Ateliê Toque de Arte celebra 13 anos com exposição no MAC



EVANIZE, Roseli, Marialva, Maria Lucia, Andressa, Marta Valéria e a professora Marinês Dal Pozzo *Fotos: Divulgação*



LAVANDAS, quadro de Marta Valéria Veiga da Silva

• **O Ateliê Toque de Artes**, em Cascavel, está celebrando 13 anos com uma exposição de seus alunos no MAC (Museu de Arte de Cascavel, situado à rua Mato Grosso, 2.909.

A mostra aberta no último dia 17, vai até a próxima quinta-feira (29), com o público podendo visitá-la das 8h30 às 17h30.

Estão expostas no MAC trabalho dos artistas/alunas Evanize Sódre, Roseli Santos, Marialva Balabuch, Maria Lucia Quadros Soares, Andressa Gruber, Vânia Andreis, Marta Valéria Veiga da Silva e de outra dezenas de artistas.

A professor Marines Dal Pozzo destaca a trajetória dos 13 anos, marcada por cores, aprendizados, encontros e transformações por meio da arte. "Nosso ateliê acolhe artistas de diferentes idades, estilos e experiências, valorizando a individualidade, a liberdade de expressão e o desenvolvimento artístico de cada aluna", frisa Marines.

Marinês também destaca que como professora e curadora, acompanha de perto os processos, as descobertas e as conquistas de cada artista. "Esta exposição representa muito mais do que uma mostra de obras: é a celebração de caminhos, dedicação e histórias construídas através da arte. Cada obra é única, assim como cada pessoa que a cria", finaliza a professora Marines.



SESSÃO CARA & FOCINHO: Amanda de Oliveira Sousa e sua filha Heloísa *arquivo pessoal*

•Esvaziar-se

Parece que alguns já nascem sabendo... Eu demoro a aprender. Trouxe excesso de bagagem, coisas que levei tempo pra aprender a me desfazer... Já estive tão confusa que achei impossível escolher. Agora, olhando serena, percebo como é bom amadurecer. Deixei tantas que me serviam... serviam para envelhecer. Hoje estou mais vazia, sensação boa de se ter. Achei que o vazio me faria entristecer... Mas leveza, nunca é demais!

Charles Garbin

Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana



pada
@padariagarbin



Saudade Não Tem Idade

Protesto contra o jaguncismo em Cascavel

NA DÉCADA DE 60, mais precisamente entre os anos de 1963 e 1964, a cidade de Cascavel, Paraná, vivenciou uma série de transformações significativas. Um dos marcos deste período foi o início das obras da delegacia de polícia na Rua Duque de Caxias. Inicialmente, a delegacia foi construída em madeira, uma estrutura provisória que atendia às necessidades imediatas da população crescente.

As pessoas que estão aglomeradas protestam contra o jaguncismo.



MIS/Acervo Xico Tebaldi

Dia de disputas no Autódromo de Laranjeiras

A imagem é da década de 1980 e mostra o Autódromo de Laranjeiras do Sul em dia de compeitção.

O espaço no entorno está lotado de amantes da velocidade.



Guarapuava Histórica

Rua XV de Novembro em Guarapuava no século passado

Rua 15 de Novembro, centro de Guarapuava, em foto de meados do século passado. Aparaece em primeiro plano pelo lado esquerdo a Prefeitura Municipal, o terceiro prédio (lado esquerdo) é o tradicional Clube Guaira. Pelo lado direito em primeiro plano o Edifício Brunsfeld, onde está localizado o Banco do Brasil.Nota-se, em segundo plano, à esquerda, o Clube Guaira.

Funcionavam no mesmo edifício o Banco do Brasil S. A. e o Edifício Brunsfeld.



Biblioteca IBGE

Praça em Cianorte no ano de 1960

A imagem do acervo da Biblioteca do IBGE registra a principal praça de Cianorte em 1960, período em que o município dava seus primeiros passos rumo à consolidação urbana. O cenário revela ruas ainda pouco pavimentadas, veículos de carga e construções simples, que refletem a economia baseada na agricultura e no comércio local. A praça funcionava como ponto de encontro da comunidade e símbolo do crescimento de uma cidade jovem, marcada pelo esforço dos pioneiros e pelo planejamento que moldaria o futuro do Noroeste do Paraná.



Biblioteca IBGE